

A CIÊNCIA COMO PRODUTO DA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO (2012 – 2022)

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Marcus Quintanilha da Silva

E-mail:

marcusquintanilha0@gmail.com

Instituição: Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Submetido: 20/09/2023

Aprovado: 23/09/2024

Publicado: 11/12/2024

 10.20396/rho.v24i00.8674621

e-Location: e024050

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

SILVA, M. Q. da. A ciência como produto da história: uma análise da pesquisa em financiamento da educação (2012 – 2022). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 24, pp. 1-24, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8674621.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8674621>. Acesso em: 11 dez. 2024.

  **Marcus Quintanilha da Silva***
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é de analisar a revisão sistemática da produção de teses e dissertações em financiamento da educação, delimitando como período cronológico analítico o intervalo temporal dos anos de 2012 e 2022. Epistemologicamente, este trabalho se apoia no materialismo histórico-dialético, por oferecer uma alternativa de compreensão da essência do fenômeno a ser investigado, trazendo uma perspectiva relacional e refutando as possibilidades do empiricismo positivista que costumam envolver trabalhos de revisão sistemática da literatura. Como fonte empírica, foram selecionadas 294 pesquisas entre teses e dissertações, disponíveis no Catálogo da Capes para este fim. Os resultados evidenciam que, no âmbito da produção científica sobre o financiamento da educação no Brasil, a ciência é produto da história, conduzindo as indagações dos pesquisadores a partir das tensões geradas pela conjuntura histórica, política e econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento da educação. Materialismo histórico-dialético. Política Educacional. Revisão de literatura.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



SCIENCE AS A PRODUCT OF HISTORY: AN ANALYSIS OF RESEARCH IN EDUCATION FINANCING

Abstract

The objective of this research is to analyze the systematic review of the production of theses and dissertations in education financing, delimiting as an analytical chronological period the temporal interval between the years 2012 and 2022. Epistemologically, this work is based on historical-dialectic materialism, as it offers an alternative way of understanding the essence of the phenomenon to be investigated, bringing a relational perspective and refuting the possibilities of positivist empiricism that usually involve systematic literature review work. As an empirical source, 294 research studies were selected, including theses and dissertations, available in the Capes Catalog for this purpose. The results show that, within the scope of scientific production on education financing in Brazil, science is a product of history, leading researchers' questions based on the tensions generated by the historical, political and economic situation.

Keywords: Education financing. Historical-dialectical materialism. Educational politics. Literature review.

LA CIENCIA COMO PRODUCTO DE LA HISTORIA: UN ANÁLISIS DE LA INVESTIGACIÓN EN EL FINANCIAMIENTO DE LA EDUCACIÓN

Resumen

El objetivo de este pesquisa es analizar la revisión sistemática de la producción de tesis y disertaciones en financiamiento de la educación, delimitando como período cronológico analítico el intervalo temporal entre los años 2012 y 2022. Epistemológicamente, este trabajo se fundamenta en el materialismo histórico-dialéctico, ya que ofrece una forma alternativa de comprender la esencia del fenómeno a investigar, aportando una perspectiva relacional y refutando las posibilidades del empirismo positivista que suele implicar un trabajo sistemático de revisión de la literatura. Como fuente empírica, se seleccionaron 294 estudios de investigación, entre tesis y disertaciones, disponibles en el Catálogo Capes para este fin. Los resultados muestran que, en el ámbito de la producción científica sobre financiamiento de la educación en Brasil, la ciencia es un producto de la historia, generando interrogantes de los investigadores a partir de las tensiones generadas por la situación histórica, política y económica.

Palabras clave: Financiamiento de la educación. Materialismo histórico-dialéctico. Política educativa. Revisión de literatura .

INTRODUÇÃO

A revisão de literatura pode se constituir como uma fase da pesquisa ou, a depender da profundidade analítica, o trabalho investigativo em si. Seja em um Estado da Arte, Estado do Conhecimento, Revisão Sistemática de Literatura, Estudo Bibliométrico e afins, em qualquer campo do conhecimento a sua contribuição é bem-vinda e necessária.

No âmbito da política educacional, campo do conhecimento da grande área de Ciências Humanas e da Educação, a análise da ação do Estado diante de uma demanda por educação, objetivo por excelência do campo supracitado (Souza, 2017), requer atualização periódica. A hipótese deste trabalho é que a mobilização dos pesquisadores e pesquisadoras tem um diálogo direto com o contexto histórico, político e econômico em que a pesquisa é conduzida. Ou seja, o conhecimento científico é produto da história, uma construção decorrente da relação entre o pesquisador, o objeto e os aspectos que o envolvem dentro de uma realidade histórica (Souza, 2014).

Permanecendo no argumento da hipótese mobilizadora, as pesquisas em financiamento da educação, tema diretamente ligado à política educacional, podem refletir as preocupações investigativas diante de uma conjuntura e os fatos que, naquele momento histórico, são apresentados na materialidade vivida, movimentando as indagações contemporâneas dos grupos de pesquisa no país. Se, na hipótese apresentada, a história mobiliza os pesquisadores a estudarem determinados objetos, produzindo ciência, a luta de classes se reflete, em boa medida, nos objetos da política educacional e, frequentemente, no financiamento da educação. Se há disputa, há dissenso e, portanto, se faz política.

Postas as considerações iniciais, este trabalho se mobiliza na direção de analisar a revisão sistemática da produção de teses e dissertações em financiamento da educação, delimitando como período cronológico analítico o intervalo temporal dos anos de 2012 e 2022.

Utiliza-se a revisão sistemática de literatura como disparador investigativo deste trabalho por reconhecer que, mesmo em um contexto de criticidade e levantamento de grande quantidade de estudos, o Estado da Arte ou do Conhecimento ampliariam a discussão para os referenciais teóricos e aspectos epistemológicos (Soares; Maciel, 2000). No caso deste trabalho, utilizou-se como fonte empírica as produções constantes no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mas, para a leitura crítica e histórica do conhecimento produzido em financiamento da educação, optou-se neste trabalho por uma análise específica dos temas, abordagens (quantitativa, qualitativa, quanti-quali), abrangência e os principais centros geradores das pesquisas, por compreender que, para a proposta na delimitação cronológica, a variação destes aspectos é mais bem explicada a partir da conjuntura.

Epistemologicamente, este trabalho se apoia no materialismo histórico-dialético. Essa visão de mundo é assumida por esta autoria por ser interpretada como um modo de

compreender a essência do objeto a ser investigado, trazendo uma perspectiva relacional e refutando as possibilidades do empiricismo positivista que costumam envolver trabalhos de revisão sistemática da literatura.

Nesta direção, a metodologia de trabalho buscou alinhar-se à visão supracitada, considerando a imersão da produção científica à base econômica, os aspectos da histórica e da política na cronologia em que os estudos foram produzidos, buscando compreender o conhecimento produzido sobre financiamento da educação em uma perspectiva crítico dialética. A ciência como produto da história é o ponto de partida e de chegada deste trabalho.

A estrutura deste artigo é composta desta introdução, três seções e as considerações finais. Na primeira seção, aborda-se o financiamento da educação como objeto de pesquisa, situando os leitores e leitoras no que tange aos temas, debates críticos e abordagens metodológicas que caracterizam as investigações do tema. Posteriormente, dedica-se a tecer contribuições do materialismo histórico-dialético para a compreensão da produção científica. Antes das considerações finais, utiliza-se revisão sistemática da produção científica sobre o financiamento da educação no Brasil, explicitando seu percurso metodológico e as delimitações analíticas, imergindo o objeto em um debate de compreensão nos pontos de vista, econômico e político.

A PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM CONTEXTO: OBJETIVOS, REFLEXÕES E ABORDAGENS METODOLÓGICAS

As ações de pesquisa no campo das políticas educacionais tendem a ser norteadas pelo contexto histórico em que os objetos de interesse do campo estão inseridos. Souza (2017) aponta que, mesmo que seja possível estabelecer uma lista de objetos de investigação frequentes, a definição de temas, abordagens e perguntas norteadoras estão em constante disputa, podendo gerar a abertura de contribuições inovadoras, mas deixando dúvidas quanto ao caráter elitista e conservador. Esta última constatação, em específico, é deixada como hipótese pelo autor na medida em que a avaliação por pares, seja em bancas de defesa ou em textos para periódicos, pode ser um instrumento de delimitação epistemológica e metodológica, obstaculizando outros caminhos de pesquisa no campo.

No caso do financiamento da educação, o argumento que situa este tema e seus subtemas na política educacional tem como ponto de partida a afirmativa de Souza (2017, p. 84):

Em uma frase: assumo como objeto do campo de pesquisa em políticas educacionais a relação entre demanda social por educação e o posicionamento do Estado diante desta demanda. Mas, alerta que se tomo Estado em uma acepção mais ampla neste (e apenas neste) caso, compreendo-o aqui como arena de disputa e não apenas como

ente/aparelho. Logo, as leituras sobre as disputas pelo poder e suas relações com o universo da educação também estão contidas neste campo.

Há aspectos importantes a serem considerados a partir desta afirmativa. Do ponto de vista político, o objeto imerso no campo é fruto de disputas, em que a leitura analítica da ação governamental é o objetivo da pesquisa. Pela pluralidade epistemológica e metodológica, é possível encontrar uma série de abordagens distintas. Contudo, uma perspectiva que compreende o Estado como uma arena de disputa (e não somente um ente, ou aparelho), como delineada em Poulantzas (2015), e de política como a de Ranciere (2018), representam uma imersão ao tema do financiamento da educação em seu potencial heurístico de compreensão a partir da luta dos contrários. Na primeira perspectiva supracitada, a ação governamental como resultado provisório das disputas políticas na sociedade classista e, na segunda, a compreensão da política como conflito, ou seja, as lutas de uma classe em busca de contrapor as ideias hegemônicas da democracia burguesa. Nesta leitura, a disputa no âmbito estatal e o conflito no contexto da política contribuem para um cenário de distintos perfis e magnitudes de alocação de recursos, bem como os efeitos para as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora em determinado contexto histórico, constatações de ordem econômica e histórica.

Ao proporem uma análise temática dos estudos em financiamento da educação, Silva e Gouveia (2021) indicam que, de modo geral, o tema está imerso à uma decisão política de alocação de recursos que, em grande medida, embasa o debate analítico de seus objetos: a inclinação da ação estatal com maior presença do Estado ou a assunção da lógica e da priorização dos ditames do Mercado. Nesta direção, a maior presença estatal reverbera em perspectivas de ação na direção de propiciar, entre outros aspectos, maior quantidade de recursos, foco no processo da política educacional, inclusão social e a construção de condições de igualdade de oportunidades, enquanto a orientação da ação do Estado na via da lógica de Mercado enfatizaria aspectos como o fomento à competição, meritocracia, austeridade fiscal, parcerias com a iniciativa privada e os critérios de eficiência e responsabilização como norteadores da alocação de recursos.

Os recursos públicos, resultado da arrecadação tributária, tomam a forma categorizada de fundo público, constituído “[...] por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida” (Salvador, 2012, p. 7). No âmbito da sociedade capitalista, ele representa toda a capacidade estatal de intervenção na economia, movimentando, para além do orçamento, a política monetária, as empresas estatais, a financeirização do capital, as políticas públicas, entre outras. O desenho prioritário da alocação de recursos estatais é reflexo da agenda política hegemônica em determinado momento histórico.

Oliveira (1998) desenhou o fundo público como uma espécie de possibilidade de, nas atuais crises do capital, compor uma parcela das taxas de lucro do capital ou, em outra direção, subsidiar o que o autor chama de salário indireto, um movimento político do fundo público voltado para o fomento das políticas sociais, liberando uma parte do salário direto,

fruto da venda de trabalho do proletariado, para outras atividades como acesso a lazer, bens e consumo. Na perspectiva de ação estatal adotada, essa dinâmica também torna o fundo público estrutural, inclusive para a acumulação de capital:

[...] o que torna o fundo público estrutural e insubstituível no processo de acumulação de capital, atuando nas duas pontas de sua constituição, é que sua mediação é absolutamente necessária pelo fato de que, tendo desatado o capital de suas determinações autovalorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar, as novas possibilidades de progresso técnico abertas. Isto somente se torna possível apropriando parcelas crescentes de riqueza pública em geral, ou mais especificamente, os recursos públicos que tomam a forma estatal nas economias e sociedades capitalistas (Oliveira, 1998, p. 31).

Nesta direção, o debate sobre o financiamento da educação tende a contextualizar, mesmo que sem as referências aqui adotadas, entre a utilização do fundo público para a financeirização da riqueza e/ou a melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora, neste último caso, criando uma esfera pública ou um mercado institucionalmente regulado, uma “[...] esfera pública que atende a burguesia, mas não é essencialmente burguesa” (Oliveira, 1998, p. 21), que atende os anseios do capital, mas estabelece algumas regras de consenso, modos de produção relativamente reguláveis e estáveis e um controle mais limitado do capital (Oliveira, 1998). Em síntese, as possibilidades de atuação do fundo público, sobretudo na rentabilidade do capital, são várias:

i. Como fonte importante para a realização do investimento capitalista. No capitalismo contemporâneo, o fundo público comparece por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária da renda do capital como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção, que viabilizam a reprodução do capital. ii. Como fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, por meio de salários indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição. iii. Por meio das funções indiretas do Estado, que no capitalismo atual garante vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas. iv. No capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para as classes dos rentistas (Salvador, 2012, p. 6-7).

Portanto, enfatiza-se: em ambos os casos, este debate no Brasil é analisado na materialidade da democracia burguesa. Nesta direção, o Estado é, na melhor das hipóteses, um ente que assume a função de reduzir as desigualdades historicamente produzidas, tendo na educação uma ferramenta de transformação social, mas sem a ruptura com o capital financeiro ou os processos de formação para a o trabalho a partir de sua divisão social.

A referência em Silva e Gouveia (2021) é particularmente importante porque, apesar de o autor e a autora terem analisado trabalhos de somente dois anos e de um periódico específico, os temas naquele momento histórico e a reflexão sobre as abordagens metodológicas também auxiliam a compreender um pouco sobre a produção da temática. De modo geral, as produções variam entre as abordagens qualitativas com dados numéricos ou proveniente de análise documental. Contudo, as abordagens quantitativas também são frequentes, especialmente em pesquisas nacionais.

A preocupação na pesquisa supracitada caminhou mais na direção metodológica do que epistemológica, isto é, mais nos procedimentos e a necessidade de tornar os objetos investigados do tema mais compreensíveis, seja em ações técnicas como a atualização monetária em estudos longitudinais ou o debate com elementos contextuais que auxiliem a compreender a ação pública no momento histórico analisado (Silva; Gouveia, 2021). Neste sentido, os temas levantados já apresentavam uma preocupação da autoria em se estabelecer uma postura analítica que não se limitasse a descrever a ação, mas compreender o fenômeno em sua essência.

Considerando que, na hipótese deste trabalho, os objetos investigados no financiamento da educação são alinhados à história, busca-se na seção seguinte tecer alguns aspectos epistemológicos e metodológicos para, posteriormente, se utilizar da revisão sistemática da literatura construída por esta autoria para confrontar com a hipótese levantada.

CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA CRÍTICO-DIALÉTICA PARA A COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

O ponto de partida do materialismo histórico-dialético neste trabalho é o reconhecimento de que o conhecimento científico é produto da história (Souza, 2014). Nesta direção, em delimitação ao objetivo proposto neste trabalho, parte-se da hipótese que as tensões e indagações dos pesquisadores e pesquisadoras de financiamento da educação tendem a refletir os aspectos históricos, políticos e econômicos da materialidade histórica. Deste ponto, delimita-se, brevemente, pressupostos da dialética marxista e do materialismo histórico como alternativa para a análise de políticas sociais/educacionais e, em específico, da pesquisa sobre financiamento da educação em movimento.

Oliveira (2019) afirma que a dialética marxista se fundamenta na concepção objetiva de que a sociedade e o universo que a cerca se fundamenta em fatos objetivos que se verificam no exterior da consciência humana, ou seja, não há a supremacia das ideias em relação à matéria, mas justamente o contrário. As contradições do capital e as metamorfoses de sustentação do sistema capitalista são parte inerente ao contexto analítico contemporâneo e movimentam as ideias e valores da sociedade, em vários casos com maior intensificação da ação estatal.

Se a dialética é a arte do diálogo e da contradição, a busca é de sua superação em uma síntese superior, afinal, se o mundo é dialético (em movimento e contraditório), “[...] é preciso um método, uma teoria de interpretação, que consiga servir de instrumento para a sua compreensão, e este instrumento lógico pode ser o método dialético tal qual pensou Marx” (Pires, 1997, p. 86), caminhando na direção investigativa que interpreta como critério da verdade a prática social (Oliveira, 2019). Portanto, partindo da hipótese elencada neste trabalho, a dialética marxista é potencialmente importante por duas razões: a) se as pesquisas em financiamento da educação são produto da história e da luta de classes, elas tendem a dialogar com a materialidade vivida pelos pesquisadores; b) se a pesquisa em financiamento da educação tem por pressuposto a luta dos contrários no contexto do debate da política educacional, seus objetos investigativos tendem a contrapor a ordem hegemônica vigente.

Por sua vez, o materialismo histórico é definido como:

Doutrina elaborada por Marx e Engels, que trata de uma base econômica ou modo de produção evidenciando a maneira de ordenar a produção material de bens, e uma superestrutura composta tanto pelas organizações políticas quanto pela cultura e pelos modelos de pensamento peculiares da referida sociedade. A proposição importante do materialismo histórico é que, a base econômica é essencial para se entender a evolução histórica, bem como o desenvolvimento de uma sociedade (Quintanilla, 1996, p. 165-166).

Ao pensar no materialismo histórico-dialético, Oliveira (2019) discorre que o materialismo histórico é uma extensão da dialética materialista para o estudo da vida social. Portanto, o dialético é a metodologia científica geral e o histórico é a ciência das formações sociais específicas: é a dialética de Marx, construção lógica do método materialista histórico, “[...] que fundamenta o pensamento marxista, que aqui é apresentada como possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação da realidade educacional que queremos compreender” (Pires, 1997, p. 85). Por sua vez, a base econômica diz respeito ao modo de produção, que engloba forças de produção (meios de que uma sociedade dispõe para produzir) e as relações sociais de produção (relações entre os indivíduos e os grupos, em função do processo de produção). No caso deste trabalho, o modo como a pesquisa em financiamento da educação está sendo conduzido, observando as pesquisas consolidadas em teses e dissertações, pode refletir as preocupações relativas ao modo de produção a partir das decisões políticas de alocações de recursos, refletindo a resistência da classe trabalhadora através da produção científica.

Logicamente, esta perspectiva de produção acadêmica só é possível se o conhecimento produzido é crítico. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético todo conhecimento deve ser desta natureza, tendo em vista que o seu conteúdo não é absoluto, definitivo e fruto de luta dos contrários. No contexto das contradições, a ciência é produzida e progride, surgindo novas indagações.

É mister que a tradição marxista fez emergir possibilidades de investigação a partir do materialismo histórico-dialético, mantendo sua essência e adaptando determinados aspectos metodológicos a partir da epistemologia marxiana. Uma destas possibilidades é a perspectiva crítico-dialética, proposta por Behring e Boschetti (2011) para a análise de políticas sociais, na qual Silva (2021) a utilizou como uma abordagem potencialmente explicativa para a leitura analítica da política educacional.

As autoras partem do mesmo pressuposto do materialismo marxista, ao compreender a análise da política social como o resultado de complexas relações e frequentemente contraditórias no Estado, envolvendo a luta de classes, produção e reprodução do capitalismo, enfatizando a insuficiência de leituras unilaterais da política para a compreensão de sua totalidade (Behring; Boschetti, 2011). A reconstrução do pensamento é tida como um conjunto rico de determinações que vão além da realidade aparente, na direção de uma totalidade concreta. Em suma, há um reconhecimento de que “[...] as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado” (Behring; Boschetti, 2011, p. 39), mas como uma expressão da realidade com contradições. Contudo, ressalta-se que:

Não é captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade. É, sim, uma teoria da realidade e do conhecimento que se tem dela como totalidade concreta. A dialética compreende a realidade como um todo que possui sua própria estrutura (não é caótica), que se desenvolve (não é imutável, nem dada de uma vez por todas); que vai se criando (não é um todo perfeito e acabado, é histórica e social (Behring; Boschetti, 2011, p. 41).

Portanto, mais que a busca de uma teoria da realidade, é o reconhecimento de que ela é provisória, sendo fruto de sínteses que se aproximam do modo de produzir ciência do materialismo histórico-dialético. Contudo, há um ponto no qual as autoras conduzem a um direcionamento de construção de contexto para o entendimento da ação pública, a partir da constituição de três pontos de vista que podem balizar as múltiplas causalidades de investigação de um fenômeno e sua essência:

Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem [...]. Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora [...]. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam (Behring; Boschetti, 2011, p. 43).

Esta perspectiva de leitura crítico-dialética da ação pública sugere uma sistematização da história, política e econômica que exige um esforço de separação em fatos

que podem ser transversais. Contudo, os aspectos históricos que contextualizam o surgimento da política, as determinações econômicas que influenciam as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora e a identificação das posições das forças políticas em confronto, tem o potencial de construir uma antítese à produção científica do financiamento da educação.

Considerando os elementos supracitados, a seção seguinte retoma o objetivo central deste trabalho, se apoiando em delimitações explícitas de ordem metodológica e a análise crítico-dialética da produção científica do financiamento da educação.

LEITURA ANALÍTICA NA PERSPECTIVA CRÍTICO-DIALÉTICA DA PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 2012 E 2022

Se o movimento analítico crítico-dialético parte da tradição marxista da tríade tese-antítese-síntese, a análise tem como ponto de partida a caracterização dos dois primeiros pontos: 1) A revisão sistemática da literatura em financiamento da educação, com delimitação às teses e dissertações constantes no Catálogo da Capes; 2) A inserção dos principais elementos históricos, políticos e econômicos que contextualizam e demarcam historicamente a sociedade e a ação pública, com reflexos diretos nas políticas educacionais. Como hipótese, considera-se que, se o conhecimento científico é produto da história, a condução da pesquisa sobre o tema tende a refletir as tensões oriundas dela.

Entende-se que a revisão sistemática da literatura se distingue como uma importante modalidade de pesquisa, uma vez que propõe resumir de forma padronizada e criteriosa as evidências publicadas sobre determinada questão, a fim de favorecer a produção de novos estudos que possam avançar a partir do saber anteriormente construído (Campos; Caetano; Laus-Gomes, 2023). Portanto, este trabalho não se limita a uma descrição de revisão de literatura, mas a busca de responder com autoridade a alguns questionamentos a partir da análise de uma quantidade robusta de pesquisas, sobretudo as provisoriamente consolidadas (como dissertações e teses).

Mesmo que os objetivos, metodologia e conclusão lhe sejam próprios (cada revisão parte de um tema e encaminhamentos específicos), este tipo de pesquisa, que resume outras pesquisas, precisa de determinações metodológicas explícitas que conduzam a qualquer outra pessoa que tome o mesmo procedimento como ação a chegar, ao menos, na mesma empiria. Neste caso, “[...] em termos de processo, deve ser planejada, estruturada e controlada, seguindo procedimentos padronizados e transparentes que assegurem sua adequada elaboração e realização, bem como a reprodutibilidade do trabalho” (Campos; Caetano; Laus-Gomes, 2023, p. 147).

Delimitando as questões procedimentais da revisão, tomou-se como termo geral “financiamento da educação” e a seleção dos anos de 2012 a 2022, conduzindo à leitura dos



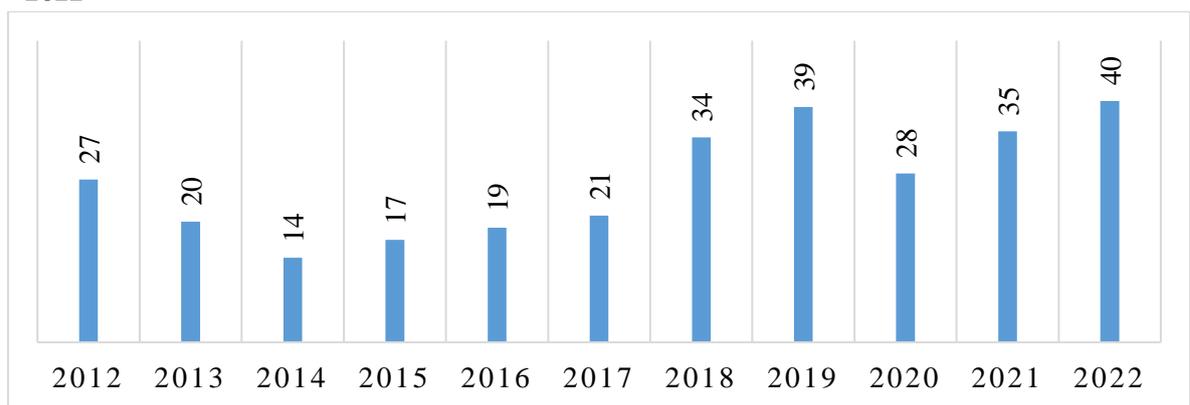
títulos, palavras-chave, resumos, introdução e conclusão dos 787 trabalhos dos programas de pós-graduação em Educação e da área de avaliação de mesma denominação. Com base na experiência do pesquisador no tema e na análise de conteúdo das leituras, 294 trabalhos compuseram o escopo desta revisão.

A fase seguinte foi de selecionar assuntos principais e secundários que norteavam as pesquisas. Novamente, a leitura atenta dos elementos supracitados do texto foi suficiente para conduzir a revisão sistemática a identificar estes tópicos, bem como a abrangência da pesquisa (Estadual, Municipal, Nacional ou Local), a abordagem (qualitativa, quantitativa, quanti-quali), a vinculação institucional dos autores e autoras e as localidades em que a pesquisa se inclinou na sua investigação.

Historicamente, a distribuição quantitativa destes trabalhos é concentrada em maior volume a partir do ano de 2018. Não é possível elencar uma causa específica a este cenário, mas, observando as quantidades de trabalho, o percurso de construção de uma dissertação ou tese (em média, de dois a quatro anos) e a política educacional em movimento, o início da série histórica e a partir de 2018 são momentos históricos de provocações significativas aos pesquisadores e pesquisadoras do campo e do financiamento da educação.

As primeiras avaliações das políticas de fundos em maior amplitude, vinculadas à um período de governos nacionais com uma reconfiguração orçamentária em prol da educação (Peres; Santos, 2019) e a mudança abrupta da agenda política em decorrência do golpe institucional/midiático/parlamentar que destituiu a Presidente Dilma Vana Rousseff de seu cargo em meados do ano de 2016 podem ser marcos históricos, políticos e econômicos estruturais para a mobilização dos pesquisadores e pesquisadoras do campo, influenciando em maior quantidade de trabalhos.

Gráfico 1 – Quantitativo de dissertações e teses sobre o financiamento da educação no Brasil – 2012 - 2022



Fonte: Brasil (2023). Dados elaborados pelo autor (2023).

De modo geral, a pesquisa em financiamento da educação no período analisado se reúne em dois grupos temáticos: educação básica e educação superior. Este já foi um critério

de partida na caracterização dos trabalhos, pois, pela própria estrutura de alocação de recursos educacionais, a pesquisa na temática tende a apresentar estes dois caminhos. Contudo, o volume de trabalhos dedicados para o primeiro grupo temático é superior (82%), conduzindo à necessidade de maior especificação (mesmo que ampla) de seus objetos, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Temas abordados sobre financiamento da educação, em dissertações e teses. Brasil 2012-2022

Temas	Pesquisas	% total	% educação básica
Políticas de fundos	32	10,9%	13,3%
Carreira e valorização docente	30	10,2%	12,4%
Descentralização de recursos	36	12,2%	15,0%
Financiamento da educação básica	35	11,9%	14,5%
Financiamento de etapas da educação básica	32	10,9%	13,3%
Regime de colaboração, austeridade fiscal	15	5,1%	6,2%
Controle social	16	5,4%	6,6%
Relação público privada	16	5,4%	6,6%
Financiamento da educação superior	53	18,1%	-
Outros	29	9,9%	12,0%

Fonte: Brasil (2023). Dados elaborados pelo autor (2023).

Inicialmente, as preocupações históricas das pesquisas na educação básica se distribuem em temas próprios do financiamento da educação, com destaque para as políticas de fundos, descentralização de recursos, carreira e valorização docente, financiamento de etapas específicas da educação básica e objetos diversos do nível de ensino delimitado. Contudo, uma informação de contexto a este cenário é que 62,6% dos trabalhos (184 pesquisas) abordam o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) como uma política central ao debate ou explicativa para o objeto em voga. Se considerar somente as pesquisas em educação básica, este percentual é de 76,3%.

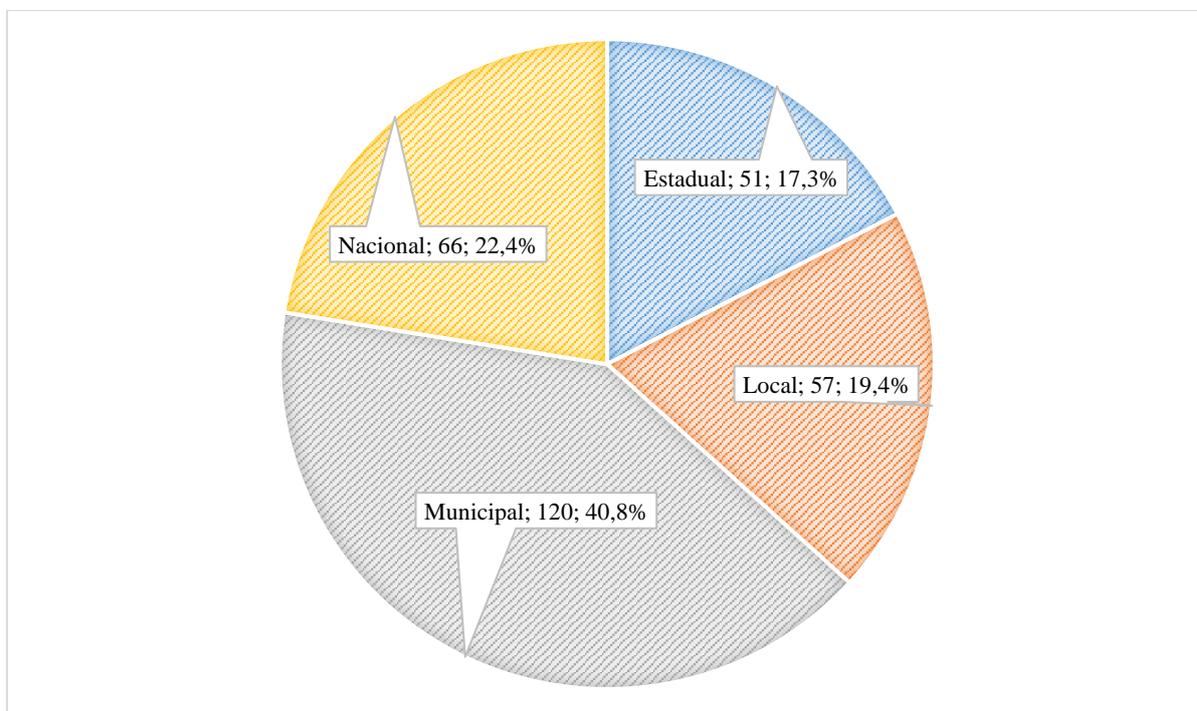
Este primeiro dado caracteriza o reflexo de um fato histórico, político e econômico importante para o financiamento da educação. Desde o ano de 2007, regulado pela Emenda Constitucional n. 53/2006 e a Lei n. 11.494/2007, o Fundeb deu continuidade e amplitude à política de fundos no cenário político educacional brasileiro, ampliando a dinâmica redistributiva de recursos no interior de cada estado e contando com um aporte complementar às localidades estaduais que não atingissem o Valor Mínimo por Aluno (VAA-Min) em cada ano. Algumas avaliações da política, sintetizadas por Silva (2021), indicam que o Fundeb se tornou um importante aliado na redução das assimetrias regionais para o financiamento da educação, seja por ser um marco histórico no combate às desigualdades estruturais da educação básica, por uma política de Estado que refletiu o perfil democrático do poder político nacional no contexto de sua aprovação (construindo com a

sociedade a política) ou pelos seus reflexos na melhoria das condições de vida da classe trabalhadora (no mínimo 60% dos recursos deveriam ser destinados ao pagamento dos profissionais do magistério). Contudo, impossibilitado por características próprias de sua dinâmica, a política é incapaz de resolver o problema da desigualdade educacional por si. Pelas considerações supracitadas, se ele não foi tomado como tema investigativo, ao menos no debate analítico/contextual é uma política estrutural para a compreensão dos seus objetos.

Este cenário se reverbera em outros dois apontamentos de maior amplitude desta pesquisa: o perfil de abrangência e de abordagens metodológicas. No caso das segunda questão citada, as 244 pesquisas de natureza qualitativa (83%) evidenciam as preocupações já debatidas em Silva e Gouveia (2021) na caracterização das pesquisas sobre o tema: o financiamento da educação, enquanto temática da política educacional e fenômeno educativo, precisa ser compreendido em sua essência, o que não exclui a importância dos estudos de natureza quantitativa, mas os situa como trabalhos que, panoramicamente, geram mais questionamentos do que conclusões (mesmo que temporárias).

De modo geral, a síntese da abrangência da pesquisa foi organizada em quatro possibilidades que o centro das investigações das teses e dissertações se inclinou: nacional, estadual, municipal ou local (escola/s ou instituição específica). O Gráfico 2 apresenta este panorama:

Gráfico 2 – Abrangência das dissertações e teses sobre o financiamento da educação no Brasil – 2012 - 2022

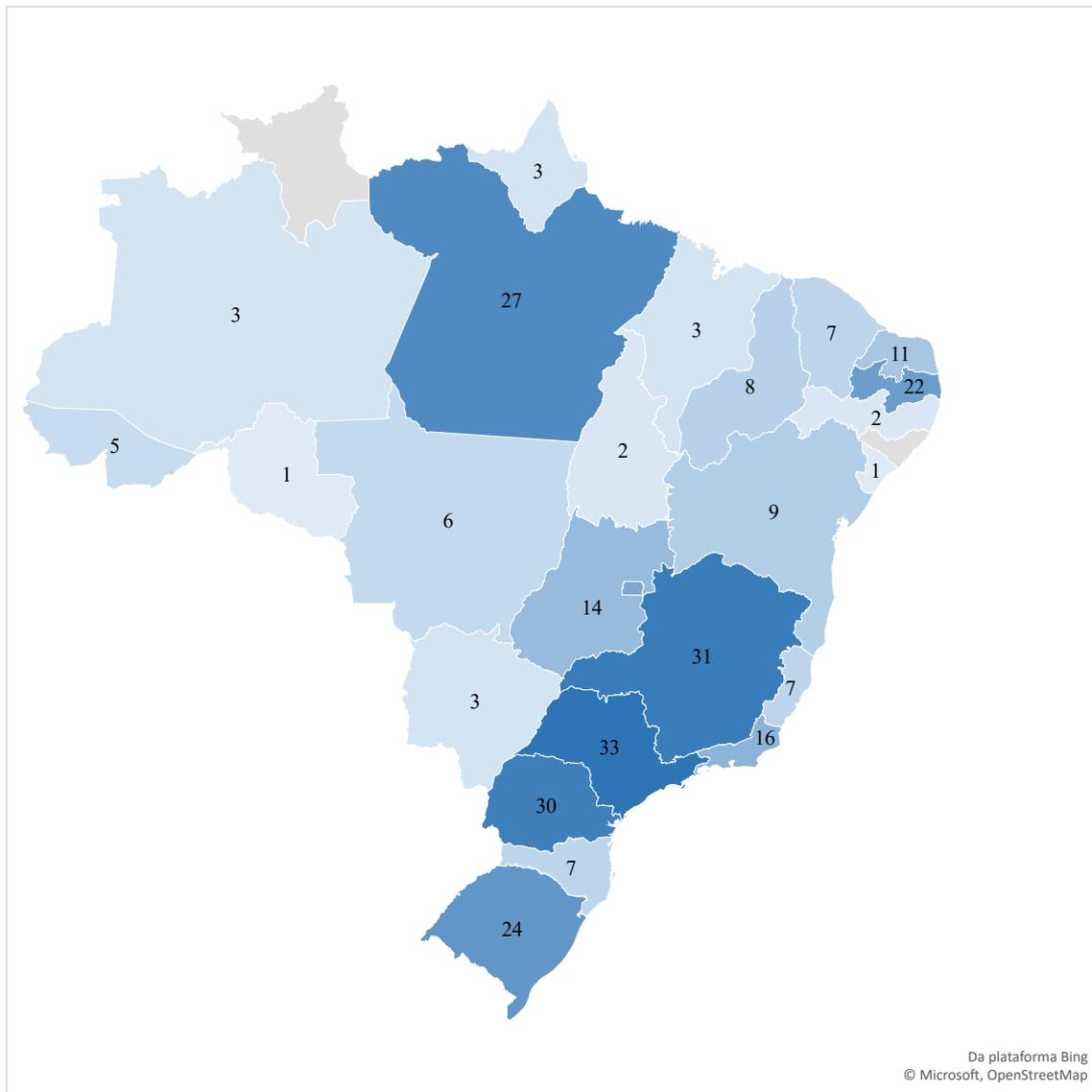


Fonte: Brasil (2023). Dados elaborados pelo autor (2023).

A própria importância estrutural do Fundeb como demarcação histórica da política educacional se reflete na inclinação de interesses investigativos do tema em voga neste trabalho. A concentração em estudos municipais dialoga com o caráter estrutural do Fundeb, pois, de modo geral, é uma política que tende a beneficiar os municípios (com menor capacidade de arrecadação e, proporcionalmente, com maiores atribuições de matrículas). Contudo, apenas este dado, sem a inserção de outros elementos históricos, políticos e econômicos, é insuficiente para se chegar a uma síntese (provisória) da realidade concreta da pesquisa em financiamento da educação. Um último dado de contexto amplo é de natureza bibliométrica, destinado a compreender as origens das pesquisas em financiamento da educação no Brasil. De modo geral, o Mapa 1 confere aos estados das regiões Sudeste e Sul, exceção dada aos estados do Pará e a Paraíba, um maior volume de pesquisas, indicando a necessidade de que outros Programas de Pós-Graduação ampliem este debate em seu contexto local.

Contudo, há uma diferença importante se os trabalhos apresentados são delimitados à educação básica, pois, especificamente o estado da Paraíba e Minas Gerais tem a quantidade de produção científica significativamente reduzida. Isto se deve ao fato que, respectivamente, o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba e o Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, são centros contemporâneos de mestrado profissional que passaram a produzir trabalhos de financiamento da educação superior a partir do ano de 2018. Contudo, tendem a delimitar seus esforços investigativos para a materialidade na qual seus servidores técnico-administrativos vivem cotidianamente: as suas universidades. A título de contextualização, os trabalhos em financiamento da educação superior com maior volume por estado e impacto proporcional na produção científica local são: Paraíba (21; 95,4% dos trabalhos), Minas Gerais (10; 32,25% dos trabalhos) e Distrito Federal (4; 21% dos trabalhos).

Mapa 1 – Quantitativo de teses e dissertações sobre financiamento da educação agregados por estado. Brasil, 2012 - 2022



Fonte: Brasil (2023). Dados elaborados pelo autor (2023).

Nestes apontamentos iniciais, é possível compreender algumas indicações que a revisão sistemática da literatura traz para o campo de pesquisa investigado. Contudo, sem a inserção de alguns elementos históricos, políticos e econômicos ao debate, há uma limitação em compreender estes trabalhos do ponto de vista de construção histórica do conhecimento. Neste sentido, este trabalho se ancorou em aspectos da literatura que dialogam com a conjuntura e a política educacional como marcos históricos, com reflexos políticos e econômicos, que auxiliam na compreensão da trajetória da pesquisa em financiamento da educação (Antunes, 2020; Arretche; Marques; Faria, 2019; Avritzer, 2016; Martins, 2011; Mészáros, 2011; Ramos; Lacerda, 2019; Rossi; Dweck; Arantes, 2018; Silva, 2020, 2021). O Quadro 1 sistematiza estes acontecimentos:

Pontos de vista	Fatos e reflexos em destaque
Históricos	<ul style="list-style-type: none"> • Fim do Governo FHC e início do Governo Lula (2003); • Ampliação da política de fundos como manifestação de necessidade de tomada de posição do Estado brasileiro frente à desigualdade educacional (2006-2007); • Crise do capital internacional (2008-2009); • Manifestações de 2013 no contexto brasileiro; • Reeleição da Ex-Presidente Dilma (2014); • Mudança na agenda econômica (2015); • Golpe institucional destituindo a Presidente Dilma (2016); • Acentuação da agenda neoliberal com o Presidente Temer (2016); • Ascensão do ultraliberalismo por vias democráticas (2019); • Pandemia da Covid 19 e a retomada do debate do Estado interventor na economia (2020);
Políticos	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do Fundeb (2006 – 2007); • Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (2009); • Ampliação do processo de municipalização do ensino no Brasil; • Plano Nacional de Educação (2014); • Novo Regime Fiscal com a Emenda Constitucional n. 95 em contexto de austeridade fiscal e agenda assumidamente neoliberal (2016); • Reforma do Ensino Médio e ascensão da Base Nacional Comum Curricular como política de orientação nacional da educação básica (2017); • Novo Fundeb Permanente (2020).
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Política de valorização do salário-mínimo (2004); • Ampliação de recursos municipais para o pagamento de profissionais do magistério com o Fundeb (2007); • Piso Salarial Profissional Nacional para o magistério (2008); • Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos profissionais da educação (2009); • Plano Nacional da Educação (2014); • Nova agenda política e a reorientação fiscal com ancoragem na austeridade fiscal (2016); • Reforma trabalhista e a abertura para a precarização dos contratos de trabalho docente (2017); • Lei de liberdade econômica (2019); • Reforma da Previdência (2019); • Lei complementar n. 173 (2020); • Redução de recursos para as políticas sociais/educacionais (2017).

Quadro 1 – Fatos históricos, questões políticas e reflexos econômicos de possível influência aos estudos sobre o financiamento da educação no Brasil 2003 - 2022

Fonte: Brasil (2023). Dados elaborados pelo autor (2023).

As demarcações históricas, as posições políticas e os reflexos econômicos para a classe trabalhadora parecem ter convergência em dois momentos históricos provocativos ao tema do financiamento da educação. Desde o ano de 2007, o advento do Fundeb e seu potencial heurístico manifestado na abordagem da maioria das pesquisas de financiamento

da educação básica tendem a caracterizar esta política como um marco histórico, no posicionamento incisivo do Estado de combate às iniquidades educativas, seu efeito positivo na remuneração dos profissionais do magistério e na própria crítica acadêmica de reconhecer seus efeitos redistributivos como insuficientes para a resolução do problema. Em outro momento, a literatura parece ser enfática ao considerar a mudança de agenda política, decorrente do golpe político/midiático/institucional contra a ex-Presidente Dilma como um fato histórico com efeitos políticos e econômicos de grande amplitude para a classe trabalhadora. Contrarreformas nas mais diversas direções sociais, redução paulatina de recursos para o financiamento da educação e das demais políticas sociais, ascensão do ultraliberalismo, entre outras, são apenas exemplos que diferenciam, no âmbito político, o neoliberalismo posto como projeto de sociedade a partir do golpe e a não ruptura com o capital vivida pelo Brasil entre os anos de 2003 e 2016 (Antunes, 2020; Arretche; Marques; Faria, 2019; Ramos; Lacerda, 2019; Silva, 2021).

Neste sentido, as análises da literatura se dividem nestes dois períodos, entre os anos de 2012 e 2016 e 2017 a 2022, buscando observar se, dados os contextos históricos, políticos e econômicos distintos, a pesquisa em financiamento da educação tem reorientações em seus temas.

A Tabela 2 apresenta os temas compilados entre os anos de 2012 e 2016. Dos 97 trabalhos, a predominância da análise das políticas de fundos, em vigência no cenário político brasileiro desde 1996, compõe 21,6% do total de pesquisas e quase um quarto da totalidade das teses e dissertações do levantamento bibliográfico empírico. Sobre este tema, Martins (2011) já discorria sobre a manutenção da dinâmica da política, mas a diferenciação da abrangência com a transição entre o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e o Fundeb, bem como as expectativas geradas para o combate à desigualdade educacional, sobretudo do ponto de vista da participação financeira da União na complementação de recursos aos estados e seus municípios com menor capacidade de arrecadação, notadamente 7 nordestinos e 2 da Região Norte do país. Essa expectativa, em conjunto com o balanço dos efeitos da política de fundos anterior, é reiterada nos objetos de trabalho abordados neste espaço temporal. Ratifica-se que, dos trabalhos totais, 64% tiveram as políticas de fundo como escopo analítico ou debate transversal ao objeto e, delimitando apenas os trabalhos destinados à análise da educação básica, 74,4%.

Os temas da valorização docente e financiamento da educação superior também estiveram em cena no debate acadêmico. Especialmente no primeiro tema citado, a preocupação dos autores e autoras tem como inclinação a avaliação das condições de trabalho, atratividade, qualidade de vida e permanência na profissão docente, um viés analítico importante, especialmente na exploração do dispositivo constitucional que viabiliza estes aspectos: a carreira (Silva, 2021). Um elo entre estas informações e a do período posterior são os “Temas emergentes da conjuntura política do período posterior”, notadamente os relativos às políticas que emergem da agenda política implantada no Brasil

pelo Governo Federal pós-golpe, como a austeridade fiscal, a relação público-privada na educação, os debates sobre ensino médio, entre outros.

Tabela 2 – Temas abordados sobre financiamento da educação, em dissertações e teses. Brasil 2012-2016

Temas	Pesquisas	% do total	% da educação básica
Políticas de fundos	21	21,6%	24,4%
Carreira e valorização docente	13	13,4%	15,1%
Financiamento da educação básica	12	12,4%	14,0%
Temas emergentes da conjuntura política do período posterior	13	13,4%	15,1%
Financiamento da educação superior	11	11,3%	-
Outros	27	27,9%	31,4%

Fonte: Brasil (2023). Dados elaborados pelo autor (2023).

O segundo período apresentou uma compilação de pesquisas de naturezas distintas. Proporcionalmente, os temas relativos às políticas de fundos (Fundeb) e carreira e valorização docente tiveram uma queda significativa. Protagonizando a pesquisa em financiamento da educação, os temas “Descentralização de recursos”, “Controle Social”, “Temas emergentes da conjuntura política e econômica” e o “Financiamento da educação superior”, que apresentaram maior quantidade de teses e dissertações. Nesta leitura, a própria agenda política parece reverberar em uma inclinação dos pesquisadores e pesquisadoras por objetos que auxiliem a entender a materialidade vivida.

Neste ponto, alguns aspectos precisam ser tecidos. Sobre a conjuntura política, a modificação da agenda política culminou em ações de âmbito nacional que conduziram à um cenário de queda de recursos federais para o investimento em educação, inclusive dos programas relativos à descentralização de recursos para a educação básica e superior (Silva, 2020), indução de novas políticas de austeridade fiscal em âmbito local, fruto do regime fiscal imposto pelo governo federal a partir do ano de 2017 (Silva, 2021), congelamentos e queda da qualidade de vida do trabalhador em decorrência dos congelamentos das carreiras profissionais do magistério em plena pandemia (Brasil, 2020), a contestada qualidade do ensino médio proposta pela Reforma do Ensino Médio (Ferreti, 2018), o governo federal antidemocrático com a ascensão do ultraliberalismo, resultando no esvaziamento dos conselhos de educação e de controle social, o definhamento das previdências públicas locais a partir da Reforma da Previdência nacional, conduzindo à reflexos diretos no valor de venda da força de trabalho da classe trabalhadora.

Contudo, o Fundeb enquanto estrutural para o financiamento da educação básica se manteve como um debate transversal para a maioria dos temas debatidos na área, compondo a discussão de 60,9% do total de pesquisas e 77,4% do quantitativo de trabalhos dedicados

à investigação da educação básica, reiterando a importância da política e a expectativa dos pesquisadores e pesquisadoras no Fundeb como uma ferramenta de redução das desigualdades, ampliação das condições de remuneração da classe trabalhadora e melhoria da qualidade da educação.

Tabela 3 – Temas abordados sobre financiamento da educação, em dissertações e teses. Brasil 2017-2022

Temas	Pesquisas	% do total	% da educação básica
Descentralização de recursos	26	13,2%	16,8%
Financiamento da educação básica	23	11,7%	14,8%
Carreira e valorização docente	17	8,6%	11,0%
Controle social	14	7,1%	9,0%
Fundeb	11	5,6%	7,1%
Temas emergentes da conjuntura econômica e política (Emenda Constitucional n. 95, relação público privado, Ensino médio etc.)	39	19,8%	25,2%
Financiamento da educação superior	42	21,3%	-
Outros	25	12,7%	16,1%

Fonte: Brasil (2023). Dados elaborados pelo autor (2023).

Há que se considerar que a conjuntura atual apresenta outros elementos que tendem a compor novas pesquisas futuras. Notadamente, se destaca o Custo Aluno Qualidade (CAQ), uma metodologia de cálculo que implica em considerar uma série de questões para que o poder público invista, por estudante, recursos que garantam o mínimo necessário para a perspectiva da qualidade social da educação. Além disso, políticas de *accountability* e de financiamento do ensino médio tendem a se notabilizar, a primeira pela ampliação de premiações e bônus para os docentes por mérito e desempenho, reflexo evidenciado pelos perfis neoliberais de governo que dominaram a política brasileira desde o ano de 2016, e a segunda pelos reflexos da implantação da Reforma do Ensino Médio.

Seguindo a fidelidade da metodologia proposta, é possível abordar os debates propostos neste trabalho em uma breve síntese:

Tópicos	Síntese
Revisão de literatura	Tende a ser um reflexo da conjuntura histórica, política e econômica no momento vivido, modificando as agendas de pesquisa de acordo com as tensões provocadas pela ação pública nacional. Ela está sempre em movimento e, em um intervalo de apenas onze anos, essa movimentação foi evidenciada enquanto fenômeno.
Abrangência	A municipalização do ensino é um fator explicativo do ponto de vista da política educacional, mas pode-se afirmar que os pesquisadores e pesquisadoras vivem realidades locais que, mesmo que dialoguem com a conjuntura nacional, despertam o interesse dos pesquisadores e pesquisadoras, possivelmente por suas especificidades locais (estaduais, municipais e institucionais) e a necessidade de se avançar o conhecimento científico na região. Em boa medida, o federalismo brasileiro e a repartição de responsabilidades educacionais, sem a igualdade de condições técnicas e financeiras, é outro elemento a ser considerado, mas não debatido neste trabalho. Outro aspecto é a regionalização da pesquisa em financiamento da educação, um alerta trazido neste trabalho e a necessidade de se ampliar os estudos do tema em boa parte dos estados brasileiros.
Fundeb	É uma política estrutural para a educação básica na atualidade. Independentemente do debate, ele tende a permanecer presente, pois é parte presente da história do financiamento da educação brasileira.
Aspectos históricos	Em grande medida explicam o debate acadêmico, pois são desses acontecimentos da história, alinhado às concepções políticas, que a ação pública diante de uma demanda por educação é concebida. Isso parece estar evidente na revisão de literatura.
Aspectos políticos	As disputas por hegemonia influenciam as ações públicas. Mesmo que a trajetória estudada não tenha analisado qualquer período histórico de ruptura com o capital, os períodos analisados são distintos por suas agendas, sobretudo no âmbito das políticas sociais. No momento de ascensão dos governos assumidamente neoliberais, a preocupação dos pesquisadores e pesquisadoras também foi modificada.
Aspectos econômicos	As condições de produção e reprodução da classe trabalhadora são de interesse da pesquisa em financiamento da educação em toda a série histórica, mas com preocupações distintas, alinhadas aos aspectos históricos e políticos de cada período histórico. Contudo, não há qualquer indicação de predominância de um debate que culmine em uma ruptura do modo de produção na sociedade capitalista, mas a busca de acordos com a sociedade burguesa, sobretudo na direção da redução das desigualdades. É contraditório, pois a tensão entre melhorar a vida da classe trabalhadora convive com a ausência de uma proposição de ruptura com a democracia burguesa.

Quadro 2 – Quadro síntese da análise da produção científica sobre o financiamento da educação - Brasil 2012 - 2022

Fonte: Brasil (2023). Dados elaborados pelo autor (2023).

Na perspectiva materialista da história, nenhum conhecimento é inflexível, mas fruto da síntese provisória que, neste momento, é proposta. Contudo, há aspectos acima elencados que podem auxiliar os pesquisadores e pesquisadoras da política educacional e, em

particular, do financiamento da educação, a compreender com maior profundidade o debate. Uma ratificação significativa é que, dos 294 trabalhos, apenas 1 foi caracterizado como um “Estado da Arte”. Ou seja, a tensão trazida pelos autores e autoras é menos na compreensão do campo e mais no entendimento da materialidade vivida na educação, notadamente a pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que a pesquisa em financiamento da educação tende a assumir como objetos investigativos as tensões trazidas pela conjuntura histórica, política e econômica. Portanto, a produção de conhecimento sobre o tema é histórica e a história da pesquisa em financiamento da educação reflete a história da luta de classes, confirmando a hipótese do trabalho. Contudo, essa luta não é caracterizada por uma mobilização social e científica na direção da ruptura com o capital, mas uma análise das possibilidades de compor com os governos um pacto de socialização parcial da riqueza, a partir do fomento às políticas educacionais e gerada pelas tensões da ação pública fortemente alinhada ao neoliberalismo.

Fenômeno e essência caminham inseparáveis. Enquanto fenômeno, a pesquisa em financiamento da educação se manifesta como o resultado das tensões dos pesquisadores e pesquisadoras resultante da conjuntura. A essência do tema enquanto objeto de pesquisa é a crítica ao neoliberalismo, mas sem uma ruptura total com ele, e sim uma parcela do fundo público que culmine na melhoria da qualidade da educação e de vida da classe trabalhadora. Localmente, as tensões na materialidade vivida da classe trabalhadora movimentam mais os pesquisadores e pesquisadoras de financiamento da educação, mas se contradizem na medida em que analisam problemas, eventualmente propõem problemas, mas não rompem com a democracia burguesa.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARRETICHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de. Considerações finais – Produzindo mudanças por estratégias incrementais: a inclusão social no Brasil pós-1988. In: ARRETICHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de. (Orgs.). **As políticas da política**: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 453-475.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Catálogo de Teses e Dissertações da Capes**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Banco de Dados, 2023. [Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES](#). Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar n. 173, de 28 de maio de 2020. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mai. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2007.

CAMPOS, A. F. M. de; CAETANO, L. M. D.; LAUS-GOMES, V. Revisão sistemática de literatura em educação: Características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 27, n. 54, p. 139-169, 2023. <https://doi.org/10.26694/rles.v27i54.2702>. Acesso em: 25 dez. 2023.

FERRETI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, n. 93, v. 32, p. 25-42, maio/ago. 2018. [SciELO - Brasil - A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação](#). Acesso em: 20 dez. 2023.

MARTINS, P. de S. **Fundeb, federalismo e regime de colaboração**. Campinas: Autores Associados, 2011.

OLIVEIRA, F. Surgimento do antivalor. In: OLIVEIRA, F. (Org.). **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 19 - 48.

OLIVEIRA, S. A. M. de. **Elementos do materialismo histórico e dialético**. 1 ed. Jundiaí: Paco, 2019.

PERES, U. D.; SANTOS, F. P. dos. Orçamento Federal: avanços e contradições na redução da desigualdade social (1995 – 2016). In: ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de. (Orgs.). **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 75-102.

PIRES, M. F. de C. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, p. 83 – 94, 1997. [SciELO - Brasil - O materialismo histórico-dialético e a Educação O materialismo histórico-dialético e a Educação](#). Acesso em: 20 dez. 2023.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

QUINTANILLA, M. A. **Breve dicionário filosófico**. Tradução de Laura Nair Silveira Duarte. 2. ed. Aparecida: Santuário, 1996.

RAMOS, A. P.; LACERDA, A. C. de. A Emenda Constitucional (EC) 95 e o engodo do “teto de gastos”. In: LACERDA, A. C. de (org.). **O mito da austeridade**. São Paulo: Editora Contacorrente, 2019, p. 53 - 78.

RANCIERE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução e Ângela Leite Lopes. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

ROSSI, P.; DWECK, E.; ARANTES, F. Economia política da austeridade. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. de (Orgs.). **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 14-31.

SALVADOR, E. Fundo público e financiamento das políticas sociais no Brasil. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 14, n.2, p. 5 04-22, jan./jun. 2012. [Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil](#). Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, M. Q. da. Fundeb, remuneração docente e dívida pública: uma discussão sobre disputa pelo fundo público (2008 – 2016). **RBPAAE**, v. 36, n. 2, p. 649 - 669, mai./ago. 2020. [Fundeb, remuneração docente e dívida pública: uma discussão sobre disputa pelo fundo público \(2008 – 2016\) | Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE](#). Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, M. Q. da.; GOUVEIA, A. B. Desafios metodológicos da pesquisa em financiamento da educação: aspectos essenciais colhidos de estudos publicados na revista Fineduca. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 6, e 2118486, p. 1-13, 2021. [Desafios metodológicos da pesquisa em financiamento da educação: aspectos essenciais colhidos de estudos publicados na revista Fineduca | Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa](#). Acesso em: 08 dez. 2023.

SILVA, M. Q. da. **Valorização do magistério e austeridade fiscal em Curitiba**. Relatório (Pós-Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

SOARES, M. B.; MACIEL, F. **Alfabetização**. Brasília: EC/Inep/Comped, 2000.

SOUZA, A. R. de. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 75–89, 2017. [As teorias da gestão escolar e sua influência nas escolas públicas brasileiras | Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa](#). Acesso em 27 dez. 2023.

SOUZA, J. V. de. Método materialista histórico-dialético e pesquisa em políticas educacionais: uma relação em permanente construção. In: CUNHA, C. de; SOUZA, J. V. de; SILVA, M. A. da; (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. 1. Ed. Brasília, 2014, p. 1-14.

AUTORIA:

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba. Contato: marcusquintanilhaasilva0@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

SILVA, M. Q. da. A ciência como produto da história: uma análise da pesquisa em financiamento da educação (2012 – 2022). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 24, pp. 1-24, 2024.

DOI: 10.20396/rho.v24i00.8674621. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8674621>. Acesso em: 11 dez. 2024.